



AS MARCHAS DA FAMÍLIA E OS SILENCIAMENTOS: CONSIDERAÇÕES SOBRE A ORDEM SOCIAL, POLÍTICA E CULTURAL SERGIPANA ENTRE 1964-1966

Raphael Vladmir Costa Reis

PPGH-UFAL

E-mail: rafavladmir1990@gmail.com

Instituição de fomento: CAPES

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Janaína Cardoso de Mello
(DHI/UFS e
PPGH/UFAL)

ST 6 - Cultura, Movimentos e Representações em Tempos de Crise

Em meados da década de 60, o Brasil situava-se em um contexto de profunda dissensão político-institucional responsável pelo desencadeamento crises e conspirações que desestruturaram o nosso convalescente Estado Democrático de Direito. Este quadro de tensões acentuou-se, sobretudo, quando o presidente João Goulart reafirmou, em 13 de março de 1964, o seu desejo em implementar as Reformas de Base. Historiograficamente conhecido como “Comício da Central”, o evento contou com a maciça participação de movimentos sindicais, dirigentes políticos e civis que sincronizavam com o projeto político conduzido por Jango.

No dia 19 de março, isto é, praticamente uma semana após o “maior comício da história política país”, conforme noticiava a capa do jornal *Gazeta de Sergipe*, colaboracionistas civis, dirigentes políticos e agrupamentos burocráticos articularam uma contramanifestação intitulada Marcha da Família com Deus pela Liberdade, na qual instrumentalizaram sua aversão ao governo populista em curso, sob a alegação de obstruir a instauração de um *establishment* comunista, dadas as tendências socializantes que se esboçavam naquela conjuntura. Em meio a ampla escala de adesão, as referidas manifestações públicas se proliferaram pelos grandes centros urbanos e, de modo gradativo, irromperam pelas demais regiões do país, alcançando Sergipe no dia 29 de março de 1964, dois dias antes da deflagração daquele que viria a ser compreendido pela historiografia como “golpe civil-militar”.



Nesse contexto, algumas entidades culturais sergipanas, como o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE), a Associação de Arte e Cultura Sergipana, a Sociedade Teatral, dentre outras, além de vários intelectuais locais engajados nesta seara, portanto, mantiveram suas atividades como se houvesse alguma legitimidade no regime imposto, consolidando um *status quo* de que tudo transcorria normalmente na sociedade local.

Tendo em vista a dinâmica e complexidade desses eventos, a presente pesquisa, fruto de uma dissertação que se encontra em desenvolvimento, consistirá em analisar a participação da Igreja Católica sergipana na formação e consolidação de um pensamento político conservador por intermédio das Marchas entre 1964 e 1966, adotando enquanto plano contextual a conjuntura sócio-política do período, traçando uma narrativa que vai desde à instauração do regime autoritário até suas implicações na arena política de Sergipe, bem como compreender o papel das entidades culturais sergipanas durante o início da ditadura militar e sua relação com os partícipes das Marchas. Ademais, a produção visa identificar os percursos, participantes, motivações das Marchas e os impactos causados na cultura política dos municípios sergipanos e investigar as articulações conduzidas pela igreja para a maciça manipulação ideológica da comunidade civil.

Neste artigo, entretanto, apresentarei um pequeno esboço do repertório conceitual e bibliográfico que será empregado na própria dissertação, além d'algumas informações sobre a realização das Marchas em Sergipe, demonstrando as contribuições disponibilizadas pelas disciplinas cursadas durante o primeiro ano de mestrado, para a reflexão e melhor compreensão do meu objeto de estudo.

Desse modo, embora a historiografia sergipana tenha contribuído relevantemente para uma análise mais acurada sobre o campo cultural e político do estado, não existem produções bibliográficas neste repertório cujo eixo de abordagem central se proponha a interpretar analiticamente a participação da Igreja e sua práxis, utilizada enquanto instrumento de legitimação do golpe, bem como uma compreensão sobre a atuação das entidades culturais, sobretudo durante 1964 e 1966, período no qual exerceram a plena



atividade de suas funções como se a ordem institucional imposta não causasse nenhuma ressonância negativa em seu modus operandi.

Sendo assim, como o presente objeto analítico se encontra pouco pesquisado no âmbito das Ciências Humanas, evidencia-se uma necessidade de compreender melhor as referidas dinâmicas desse período e a própria conformação conservadora da sociedade sergipana, a partir de sua inserção nas Marchas.

Os procedimentos metodológicos que conduzirão as atividades de pesquisa, portanto, incorrerão pelo levantamento e análise de revistas, periódicos e iconografia. O trabalho vinculado à rememoração no presente enquanto “fonte viva de estudos” e sua relação com o cotidiano, por sua subjetividade, requer pensar no testemunho como narrativa, que é transcrita, editorada, divulgada e recebida pelos leitores. Neste sentido, torna-se fundamental selecionar, criticar e hierarquizar, utilizando o método comparativo entre discursos, contextualizando-os e identificando suas distinções temporais, isto é, “a ação discursiva do presente com a do tempo acontecido” (MARANHÃO FILHO, 2009; DELGADO, 2006). Utilizarei, também, a leitura das fontes iconográficas sergipanas do período a partir das proposições de Boris Kossoy (1989), que se debruçam sobre o uso da imagem na história enquanto testemunho histórico.

Não obstante, a problematização do projeto reside, com efeito, nas seguintes indagações: qual foi, efetivamente, a participação da igreja nas engrenagens desse processo? Onde e de que modo foram realizadas as manifestações pró-golpe de 1964? Qual a relação das entidades culturais sergipanas com as Marchas? Como a História Cultural poderá contribuir para disponibilizar uma reflexão crítica acerca desse repressivo período da cultura política sergipana?

Com o intento de preencher parcialmente alguns dos hiatos levantados nesta nota introdutória, em linhas gerais, julga-se apropriado construir, nas entrelinhas das próximas partes constitutivas deste manuscrito, uma breve elucidação sobre as articulações empreendidas por alguns segmentos do corpo social brasileiro, enfatizando as consequências da instauração do golpe em Sergipe, bem como a atuação dos movimentos sociais, que, dentre outras formas de participação coletiva durante o
Faculdade Pio Décimo/Universidade Federal de Sergipe - 25 e 26 de abril de 2018



período marcado pela transição de regime, foi responsável por idealizar, numa meticulosa intervenção elaborada em ação conjunta com a ala modernizadora-conservadora da Igreja Católica, a *Marcha com Deus pela Liberdade* nos grandes centros urbanos do Brasil.

Tal manifestação, em grande medida, apresentou fortes ressonâncias em Sergipe, dado o seu alto índice de adesão, criando “implicações restritivas” em algumas instituições culturais do estado. Para tanto, às discussões bibliográficas e conceituais com autores como Adriano Nervo Codato e Marcus Roberto de Oliveira (2004), Michel Foucault (2004), José Vieira Da Cruz (2009), entre outros, serão imprescindíveis para o melhor entendimento de alguns aspectos desse recorte analítico.

As ressonâncias do golpe civil-militar em Sergipe

Horas após a deposição de Jango, aos 31 de março de 1964, informes imprecisos foram veiculados nos diversos recônditos da capital sergipana, constituindo um cenário de intensas inquietações. Grupos cuja orientação ideológica alinhava-se com os movimentos de pró-governo populista, em riste, empreendiam irrelevantes esforços para resistir a uma transição político-administrativa; os atores filiados às alas direitistas, por sua vez, materializadas pela conjuntura conservadora e reacionária de Sergipe, encontravam-se em polvorosa pela iminente intervenção das Forças Armadas.

No dia seguinte, uma grande fração dos estabelecimentos comerciais permaneceu fechada e inúmeros civis dirigiram-se à Praça Fausto Cardoso. Diante da intempestiva mobilização, o deputado Euvaldo Diniz, correligionário da UDN, proferiu um longo discurso de repúdio às ações perpetradas contra o regime populista, mas, imediatamente, foi detido e permaneceu sob custódia dos militares. Não obstante a ampla escala de detenções em meio a uma atmosfera política marcada por intensas hostilidades, estava clarividente para a população que o país perpassava por um período no qual o ímpeto da coerção militar sobrepujava-se ao caráter civil.

Ao retornar de viagem, João Seixas Dória, até então governador de Sergipe, tendo em vista a incontornável desarticulação progressiva do governo Jango, pronunciou-se ao povo sergipano numa frustrada tentativa de reafirmar seu viés de



colaboração ao reformismo. A ação de Dória, então, “violou” as orientações preventivas instituídas pelo aparato burocrático-militar, que dirigiu-se ao centro do Poder Executivo Estadual e deteve o governador.

A deposição do governador se deu, de acordo com um comunicado oficial dos militares, porque Dória exerceu uma atividade que suscitou o desenvolvimento de práticas como “instrumento de forças extremistas atentando contra a segurança e tranquilidade do país e do Estado”. Para além da substituição do governador, Dantas conclui:

Além de substituírem o governador, cassarem deputados e interferirem no judiciário, os militares desenvolveram também a operação definida como combate à subversão e corrupção pelo interior. Os prefeitos, identificados com a política das reformas de base e/ou acusados de corrupção, foram presos, enquanto as respectivas câmaras municipais eram pressionadas a formalizar deposições (DANTAS, 2014, p. 34).

Nessa perspectiva, o vice-governador, Celso Carvalho, assumiu o posto de chefe do poder executivo estadual após a promulgação da Resolução nº 4, prerrogativa que assegurava a legitimidade de sua administração sob a coercitiva supervisão da ordem institucional em exercício.

Não obstante, registrou-se em 02 de abril de 1964, dentre tantas outras intercorrências, a intensificação das prisões de civis. Entre os alvos das diligências, que coordenavam suas operações desprovidas de quaisquer ordens judiciais, estavam estudantes, professores, lideranças sindicais, operários, jornalistas e trabalhadores rurais.

Enquanto a atmosfera política estadual encontrava-se inserida em um cenário de crises e conspirações, o empenho de outros agrupamentos sociais cuja orientação ideológica se vinculava a direita reacionária, inicialmente aglutinadas em São Paulo, voltou-se para a organização de maciças mobilizações intituladas *Marchas da Família com Deus pela Liberdade* durante as semanas que antecederam o golpe militar em 31 de março, reiterando a tese de que representou uma reação ao famoso *Comício da Central*, “antecipando” a deflagração do golpe e transformando o ato público em desfile de



triunfo (MORAES, 1997, p. 137 *Apud* CODATO e OLIVEIRA, 2004, p. 98). A referida manifestação pública, em grande medida, tornou-se uma estratégica ferramenta de radicalização ideológica contra grupos considerados “subversivos” e deliberou apoio irrestrito a implementação de um regime liberal-conservador.

Portanto, no dia 19 de março, na capital paulista, as Marchas consistiram em atos públicos gerenciados por atores da classe média urbana, lastreados por políticos conservadores e pela elite empresarial. Esta articulação político-ideológica, então, irrompeu em várias regiões do país e transitou por alguns municípios de Sergipe, meu recorte espacial analítico.

Entre terços e quepes: breve análise sobre as filiações ideológicas da Igreja Católica sergipana

Neste sentido, após uma breve reflexão sobre os impactos sofridos pelos agrupamentos políticos e civis de Sergipe quando do golpe de 64, julga-se necessária uma breve análise sobre o posicionamento da conjuntura eclesiástica sergipana no decorrer do período investigado, bem como suas estratégias de mobilização voltadas para o campo político-ideológico.

O episcopado sergipano, que exercia forte influência sobre o processo de politização da igreja, encontrava-se dividido em espectros ideológicos distintos, assim como a sociedade civil. Existia, então, um grupo hierárquico que permanecia sob a égide do bispo D. Luciano Cabral Duarte, simpatizante e colaboracionista do regime autoritário que estava em vias de consolidação; e o outro agrupamento, por sua vez, manteve-se instruído sob a influência do bispo D. José Vicente Távora, eclesiástico progressista que estava engajado no combate a repressão exercida pelo regime militar. O referido arcebispo, idealizador de alguns projetos sociais, canalizou suas atenções para o campesinato local, expandiu o número de paróquias e implantou em cada uma delas a política de Ação Católica para promover o desenvolvimento das comunidades.

Contudo, ao tornar pública sua filiação político-ideológica, D. Távora foi ameaçado de prisão e esteve confinado no Palácio Episcopal durante inúmeros dias.



Desse modo, o arcebispo “escapou de maiores hostilidades por interferência do general Juarez Távora, seu parente” (DANTAS, 2014, p. 40).

Em linhas, os sindicatos foram constantemente submetidos a um processo de investigação, a imprensa, por sua vez, foi controlada e a Igreja Católica dividida em duas facções. Foi sob o influxo da ala eclesial reacionária, portanto, que a instituição religiosa em pauta articulou ostensivos esforços ideológicos que contribuíram para a conformação de um pensamento político conservador em Sergipe, sobretudo a partir de 1964, utilizando as Marchas com Deus pela Liberdade como instrumento discursivo e prático para a legitimação de tal narrativa.

Desse modo, com o objetivo de compreender a participação da contenda conservadora-modernizadora da Igreja Católica sergipana e seu envolvimento ideológico com o aparelho burocrático-militar, sua contribuição para a conformação de um posicionamento coletivo conservador e as influências exercidas por essas narrativas sobre as instituições culturais do estado, pretendo empregar o conceito de discurso e suas implicações, componentes idealizados por Michel Foucault e que foram defendidos no livro intitulado “Arqueologia do Saber”. Nele, o autor se envereda por discussões levantadas nas obras “História da Loucura na Idade Clássica”, “O Nascimento da Clínica” e “As Palavras e as Coisas”, utilizando todas as conclusões epistemológicas contidas nestas obras no sentido de criar um método de arguição das fontes e objetos.

Para Foucault (2004), em suma, as formas discursivas consistem em um elementar instrumento de análise para compreendermos a consolidação e legitimação de determinadas narrativas, atestando a veracidade dessa reflexão nas entrelinhas do já citado compêndio “O Nascimento da Clínica”, no qual afirma que o estabelecimento do discurso médico nos idos do século XIX foi responsável pela legitimação do exercício da profissão e do saber daquela área do conhecimento, alocando, posteriormente, esses profissionais nos corredores do poder a partir daquele momento. Em síntese, o autor estuda a internalização das estruturas de poder pelo ser humano, evidenciando o modo como o discurso transforma a percepção da nossa realidade.

Não obstante as reflexões sustentadas por Foucault (2004) nesse sentido, a utilização do conceito de “formas discursivas”, isto é, o meio através do qual analisarei



as narrativas reproduzidas pela Igreja sergipana enquanto forma de legitimar a intervenção militar por meio das Marchas - aspecto que será descrito na próxima seção - bem como as ressonâncias desse modelo discursivo na atuação das entidades culturais do estado, julga-se de extrema relevância para auxiliar na compreensão desse recorte analítico pouco pesquisado no âmbito das Ciências Humanas.

As Marchas da Família com Deus pela Liberdade em Sergipe

Partindo destas premissas, ao intensificar as investigações sobre as Marchas transcorridas em Sergipe, foi possível constatar que a manifestação transcorreu em seis municípios do estado. Dentre as localidades identificadas, a única lacuna, por ora, remete a cidade de Propriá. Ao contrário de outros manuscritos publicados por este autor que vos escreve, o periódico *A Defesa*, órgão vinculado a Diocese deste município, não veiculou nenhuma informação alusiva a promoção daquela manifestação.

Na verdade, os editores do impresso mensal publicaram uma nota, veiculada em 29/03/1964, na qual se incentivou a execução das Marchas promovidas na região sudeste, evidenciando o forte alinhamento da Diocese propriaense com o regime autoritário e a propaganda anticomunista, tão alardeada pelo clero dos grandes centros urbanos. Contudo, apesar da reinterpretação das fontes apontar novos direcionamentos, a possibilidade de identificar a eventual realização dessa manifestação cívico-religiosa no município não está descartada, uma vez que a Diocese de Propriá, para além de supervisionar um impresso que atuava como plataforma midiática das Forças Armadas, permanecia sob a batuta do Bispo D. José Brandão de Castro, colaboracionista do regime autoritário, a quem dediquei uma nota explicativa na seção anterior.

Ademais, seguindo a ordem cronológica dos acontecimentos, identifiquei que o periódico *Gazeta de Sergipe*, um dos poucos veículos de imprensa que encontrava-se operante em Aracaju no curso da tutela militar, noticiou informações sobre a realização da Marcha em Aracaju. Em 13 de abril de 1964, autoridades religiosas, civis, políticas e eclesiásticas capitanearam a realização da Marcha em Aracaju. Na oportunidade, os populares reuniram-se em frente a Assembléia Legislativa e seguiram, conforme a Faculdade Pio Décimo/Universidade Federal de Sergipe - 25 e 26 de abril de 2018



reportagem, para a rua Pacatuba, Avenida Barão de Maruim e Rua Santa Luzia, aglutinando-se no Parque Teófilo Dantas. Foi celebrada, por conseguinte, uma missa em ação de graças, assim como em Propriá.

A segunda Marcha da Família na capital ocorreu a 28/04/1964. Segundo as informações do próprio veículo de comunicação, todas as instituições aracaianas de ensino participaram da manifestação, além das delegações de alguns municípios do interior, cujos nomes não foram mencionados. Após o desfile, uma missa foi realizada na Praça Olímpio Campos, nas imediações da catedral, onde um expressivo número de fiéis rezou pela “libertação do Brasil.”

Após a surpreendente adesão ao golpe civil-militar, a Marcha alcançou aos municípios de Barra dos Coqueiros e Laranjeiras. Na tarde do dia 13/05/1964, populares da Ilha de Santa Luzia (Barra dos Coqueiros) prepararam uma homenagem especial às Forças Armadas durante a realização da Marcha, que estava programada para ser realizada por volta das dezesseis horas do cidadão dia. Já em Laranjeiras, conforme atesta o conteúdo informacional do jornal *Gazeta de Sergipe*, a manifestação iniciou às dezenove horas do mesmo dia, contando com a participação de diversas autoridades religiosas, civis e políticas, inclusive do governador recém-nomeado. Em Aquidabã, município localizado a 120 quilômetros de Aracaju, a Marcha ocorreu aos 17/05/1964¹.

Das ações participativas ao silenciamento: apontamentos para a atuação de algumas instituições culturais de Sergipe durante os primeiros momentos do regime autoritário

Ao analisar a trajetória de alguns órgãos engajados com as atividades culturais e políticas em Sergipe durante os primeiros momentos do regime autoritário, em grande medida, é de imprescindível relevância compreender a atuação do Movimento de Cultura Popular (MCP), sob a coordenação de Zelita Rodrigues. Nesse sentido, destaco o artigo do professor José Vieira da Cruz (2009), intitulado “Memórias e efervescentes: artistas e os movimentos culturais em tempos de sombras”, no qual o autor propõe-se a analisar, dentre outros aspectos, as peculiaridades desse grupo, que, conduzindo uma

¹ As informações disponíveis somente aludem à participação do governador Celso Carvalho.



agenda de atuação que foi na contramão de algumas entidades estaduais do gênero, foi alvo da política repressiva instituída pela tutela militar.

Em síntese, o autor nos situa sobre as atividades desenvolvidas pelo órgão, evidenciando, sobretudo, as falas dos protagonistas que participaram ativamente dessas dinâmicas. Vieira destaca, ainda, após uma breve interlocução com seu depoente, o modo pelo qual os integrantes do grupo foram presos e investigados pelos temidos Inquéritos Policiais Militares (IPM's).

Diante de tais direcionamentos apontados pelo manuscrito brevemente analisado, realizei uma incursão pelos filões da hemeroteca do APES (Arquivo Público do estado de Sergipe) no sentido de compreender, de modo mais detalhado, sob a ótica da imprensa sergipana daquele período, a sumária extinção do MCP. De acordo com a edição veiculada no dia 10/04/1964, o jornal *Gazeta de Sergipe* informou que “... o professor José Carlos de Souza assinou ato revogando a portaria que criara o MCP de Sergipe e, ao mesmo tempo, revogou todas as portarias de nomeação do Conselho Curador e membros do Movimento de Cultura Popular.”

Sob a alegação de atuar enquanto “foco de agitação social e popular”, uma vez que promovia a realização de palestras e seminários como esforço institucional para difundir o processo de politização para as camadas populares, o MCP foi abolido e sucumbiu, desse modo, a uma das primeiras determinações do Ato Institucional Número I, editado no dia 09/04/1964.

Quanto à atuação de algumas instituições culturais do estado durante os dois primeiros anos de regime autoritário (1964-1966), de acordo com as informações preliminares coletadas por intermédio de jornais, atas e dissertações, foi possível constatar que houve um considerável período de silenciamento no que diz respeito a um posicionamento efetivo sobre a instauração da ordem autoritária, apesar do relevante engajamento de atores que integravam a esfera cultural em suas mais diversificadas variantes na defesa por um Estado que lhes permitisse maiores concessões relacionadas às prerrogativas asseguradas pelo Estado Democrático de Direito, conforme constatei nos parágrafos anteriores.



As entidades que incorreram pelo silenciamento, contudo, somente demonstraram sinais insurgência contra o regime autoritário de modo mais incisivo a partir de 1967-1968, período no qual editou-se o Ato Institucional Número Cinco, dispositivo responsável por cercear todos direitos relacionados a liberdade de expressão, dando início ao estabelecimento do estado de exceção que se estenderia até 1979.

Portanto, eis o questionamento que pretendo responder ao longo das próximas etapas de pesquisa: ora, se a seara cultural foi compreendida pela historiografia como um estratégico instrumento de combate a repressão exercida pelo regime autoritário, sob qual justificativa determinadas entidades culturais e intelectuais sergipanos vinculados a este campo atuaram dentro de uma perspectiva de imobilidade entre 1964-1966? Seria uma resistência velada, ou estaríamos diante de uma rede colaboracionista? Existiu alguma relação entre os partícipes das Marchas e o silenciamento dessas instituições no recorte temporal em tela?

Considerações finais

Em um primeiro momento, a rigor, busquei esclarecer as ressonâncias do golpe civil-militar em Sergipe, de modo a enfatizar as dinâmicas e transformações ocorridas nas esferas política e social do estado. Por conseguinte, após abordar a cisão calcada nas engrenagens ideológicas da Igreja Católica sergipana, haja vista o surgimento de formas discursivas como objetos de reflexão, utilizei o conceito de discurso defendido por Michel Foucault (2004). No livro intitulado “Arqueologia do Saber”, o filósofo francês empenhou-se em abordar, entre outros aspectos, o modo de operação dos discursos enquanto instrumento de legitimação para o estabelecimento de determinadas narrativas.

Nas entrelinhas da terceira seção, por sua vez, construí uma pequena narrativa na qual descrevi a realização das *Marchas com Deus pela Liberdade* em Sergipe, evidenciando algumas características peculiares desta manifestação e sua estratégica utilização enquanto ferramenta de legitimação para o estabelecimento da tutela militar, permitindo, dessa forma, o início de um dos períodos mais complexos, repressivos e agitados da história política do país.



Ao finalizar a elaboração do desenvolvimento, no sentido de suscitar alguns questionamentos sobre o silenciamento de algumas entidades culturais do estado, narrei comedidamente à atuação do Movimento de Cultura Popular de Sergipe, visando preencher as lacunas que foram erigidas pelo tema. Com base nas discussões do presente manuscrito, portanto, concluo que as pesquisas relacionadas ao tema trabalhado na dissertação detêm um veemente espaço expressivo de possibilidades para o seu pleno desenvolvimento, tendo em vista a diversidade das fontes documentais identificadas até o momento, não obstante o repertório de bibliografias e conceitos que se esboçaram no conteúdo programático discutido nos componentes curriculares obrigatórios e optativos.

Fontes

A Defesa. Propriá-SE, 1964-1966.

Folha Popular. Aracaju-SE, 1964.

Gazeta de Sergipe. Aracaju-SE, 1970-1971.

Sergipe Jornal. Aracaju, 1964.

Referências

CODATO, Adriano Nervo; OLIVEIRA, Marcus Roberto de. **A marcha, o terço e o livro**: catolicismo conservador e ação política na conjuntura do golpe de 1964. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, vol. 24, no. 47, 2004.

CRUZ, José Vieira da. Memórias e efervescentes: estudantes, artistas, e os movimentos culturais em Sergipe em tempos de sombras. In: **Anais XXV** Simpósio Nacional de História. Fortaleza: Anpuh, 2009.

DANTAS, Ibarê. **A Tutela Militar em Sergipe**. São Cristóvão-SE: EDUFS, 2014.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **História oral**: memória, tempo, identidades. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Tradução: Luiz Felipe Baeta Neves. 7.^a ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.



KOSSOY, Boris. **História e Fotografia**. 2.^a ed. São Paulo, Ateliê Editorial, 1989.

MARANHÃO, Eduardo Meinberg de Albuquerque. Para uma História do Tempo Presente: o ensaio de nós mesmos. **Fronteiras**: Revista Catarinense de História, Florianópolis, n.17, p.137-151, 2009.

MENDES DE ALMEIDA, Cândido A. **Sistema Político e Modelos de Poder no Brasil**. Rio de Janeiro, Ano I, n.º 1, 1966.

MENDES, Ricardo Antonio Souza. Marchando com a família, com Deus e pela liberdade: o "13 de Março" das direitas. **Varia hist.** [online]. 2005, vol.21, n.33, pp. 234-249.

NAPOLITANO, Marcos. **1964**: História do Regime Militar Brasileiro. São Paulo: Editora Contexto, 2014.

REIS, Carla Darlem Silva dos. **Gazeta de Sergipe X Rádio Liberdade**: censura, imprensa e disputas políticas (1964-1970). 2014. 80p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Sergipe, 2014.

REZENDE, Maria José de. **A ditadura militar no Brasil**: repressão e pretensão de legitimidade (1964-1984). Londrina: EDUEL, 2001.

SANTOS, Mislene Vieira dos. **Da Ditadura à Democracia**: o Festival de Arte de São Cristóvão e a política cultural sergipana (1972-1995). 2014.85p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Sergipe, 2014.

SOUZA, Marcos Santana de. Em tempos de terror e otimismo: o discurso autoritário na imprensa de Sergipe (1964-74). **Fênix**, vol. 5, Ano V, n. 3, jul./set. De 2008. P. 1-20. Disponível em:
http://www.revistafenix.pro.br/PDF16/ARTIGO_15_MARCO_SANTANA_DE_SOUZ_A_FENIX_JUL_AGO_SET_2008.pdf, Acesso em: 22/12/2014.